

ESP-PENIT. VALDIC JUNIO A. PRIMO - AVANHANDAV

Edital 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	380217-ESP-PENIT. VALDIC JUNIO A. PRIMO - AVANHANDAV	MARCELO LEANDRO AUGUSTO SILVA	08/06/2026 16:26 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00243314/2026-

Dados da Sessão

Sessão dia 22/06/2026 as 8h30.

1. DO OBJETO

1.1- O objeto da presente licitação é aquisição de Itens de Material de Construção e consumo destinados a conservação, manutenção e reforma deste Estabelecimento Penal, de modo a garantir condições adequadas de trabalho, proteção individual e segurança institucional deste Estabelecimentos e demais sob sua vinculação administrativo e financeira deste.

1.2- A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do **Item 1.1 do TERMO DE REFERÊNCIA (anexo 1)**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1- Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1- Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para a abertura das propostas.

2.1.2- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras.

2.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3- A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4- Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

2.5- Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

2.5.1- Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.5.1.1 O tratamento favorecido a que se refere o subitem anterior fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6- Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.6.2- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.6.3- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.6.4- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.7- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.8- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.9- Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.10- Aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.7- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.1- A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.8- O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9- No que concerne aos subitens 2.6.2 e 2.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10- Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

2.11- Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12- Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1- Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após fase de apresentação de propostas e lances.

3.1.1- As disposições deste Edital que tratam especificamente da forma de realização da fase de habilitação são aplicáveis na hipótese em que a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, se ausente previsão expressa em sentido diverso.

3.2- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.1- Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço unitário e total, admitindo-se que a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira seja substituída pelo registro cadastral no Sicafe, e observado o disposto no inc. III do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3- No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1- está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra-legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4- O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuando a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 3.5.1 e 3.5.2 subsequentes.

3.5.1- Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

3.5.2- Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.3- Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 3.5.1 ou no subitem 3.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.4- No item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.5- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

3.6- A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7.1- Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8- Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8.1- Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9- Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10- Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1- a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2- os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11- O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1- valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço; e

3.12- O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13- Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1- O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1- Valor unitário e total do item;

4.1.2- Marca;

4.1.3- Fabricante;

4.2- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1- Nesta licitação para registro de preços, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital

4.3- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6- As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.6.1- Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.6.2- Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7- A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8- O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9- Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.9.1- Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já de corrente da aplicação do desconto oferta do deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

4.10- O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1- A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3- Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.4- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.5- O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7- O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8- O **intervalo mínimo de diferença de valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

5.9- O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10- O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

5.11- Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 5.11.3- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5- Pós o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12- Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1- A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2- Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquelas possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3- No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas nos dois subitens anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5- Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13- Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores /inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1- Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6- Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14- Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17- No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20- Em relação a itens não exclusivos para participação de micro empresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.20.1- Nessas condições, as propostas de micro empresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2- A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5(cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5%(cinco por cento),na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20.5- Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

5.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1- Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

5.21.1.3- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2- Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art.60 da Lei nº14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1- empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.21.2.2- empresas brasileiras;

5.21.2.3- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3- O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4- O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5- É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

5.23- Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1- Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no *art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021*, legislação correlata e no subitem 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1- SICAF;

6.1.2- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.4- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5- Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e - Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6- Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

6.1.7- Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2- A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do *artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992*.

6.3- Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (*Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023*).

6.3.1- A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (*Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023*).

6.3.2- O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (*Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023*).

6.3.3- Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4- Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.4.1- O disposto nos subitens 6.4 e 6.6.2 será excepcionado se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, nos termos do item 7, antes de se realizar a fase de julgamento.

6.5- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.8, 3.10 e 4.6 deste Edital.

6.6- Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

6.6.1- Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6.2- Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 6.10, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.

6.7- Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1- conter vícios insanáveis;

6.7.2- não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

6.7.3- apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4- não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5- apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.8- Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral (não definidos como serviços de engenharia), serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1- A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9- Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

6.9.1- Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será contratação por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado.

6.9.2- Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme documentação e planilha anexadas a este Edital.*

6.9.3- Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto no subitem subsequente.

6.9.3.1- A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

6.9.4- Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10- Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), além das disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

6.10.1- A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

6.10.2- A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

6.10.3- A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.10.3.1- O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) no subitem acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

6.10.4- É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.10.5- A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10.6- Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

6.10.7- O licitante vencedor deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.10.8- Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6.10.9- Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (sejam serviço sem geral ou de engenharia), cuja produtividade seja mensurável e indicada na documentação que integra este Edital, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.10.9.1- Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Edital, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.10.9.2- Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.10.9.3- Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo licitante, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.11- Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.12- Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1- Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13- Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1- O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.13.2- Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14- Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15- Caso seja estabelecida a exigência de apresentação o de amostra(s) ou de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo considerando o objeto da licitação, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante

classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15.1- Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) ou para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida no Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15.2- Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15.3- Caso se trate de exigência de apresentação de amostra(s), se não houver entregada(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15.3.1- Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

6.15.4- Caso se trate de exigência de execução de prova de conceito, não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

6.15.4.1- No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1- Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1- A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2- Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.2- Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3- Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.4- Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.5- Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).[A1]

7.6- Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7- O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8- A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1- Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9- É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1- A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.10- A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1- Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.2- O disposto nos subitens 7.9.1 e 7.13 será excepcionado se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos subitens 7.1.1 e 7.3.

7.11- A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1- Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2- O disposto no subitem 7.10 será excepcionado se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que a verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos ocorrerá em relação a todos os licitantes, respeitada a exceção do subitem 7.10.1.

7.12- Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

7.12.1- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.13- Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 7.16.1.

7.15- Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16- A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

7.16.1- Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.17- Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.18- A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 13 deste Edital.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A disciplina deste item 8 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1- A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DOS RECURSOS

10.1- A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no *art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021*.

10.2- O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3- Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1- a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2- o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3- o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4- em exceção ao disposto no subitem 10.2, se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4- Os recursos deverão ser encaminhado sem campo próprio do sistema.

10.5- O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6- Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7- O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8- O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10- Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico no site <https://sei.sp.gov.br>*.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE

12.1- Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da *Lei nº 14.133, de 2021*, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2- A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s):

12.2.1- Através da plataforma de disputa do Pregão Eletrônico do sitio eletrônico www.compras.gov.br.

12.3- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

12.4- A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4.1- As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

12.5- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

12.6- A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

12.7- A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1- Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

11.1.1- der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3- der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4- deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

11.1.5- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

11.1.5.1- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.5.2- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5.3- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.5.4- deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

11.1.5.5- caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

11.1.6- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1- recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

11.1.7- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.10.1- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2- induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.10.3- caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.11- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12- praticar ato lesivo previsto no *art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013*.

11.2- Com fundamento na *Lei nº 14.133, de 2021*, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1- advertência;

11.2.2- multa;

11.2.3- impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3- Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1- a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2- as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4- os danos que dela provier em para a Administração Pública;

11.3.5- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4- A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

11.5- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

11.6- Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7- A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 11.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.8- A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.9- A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 11.3.1, 11.3.2, 11.3.3, 11.3.4 e 11.3.5, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2, 11.2.3, 11.2.4, 11.2.5, 11.2.6, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no *art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021*.

11.10- A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 11.2.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (*art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021*).

11.11- A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do *art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021*, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.12- As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.13- Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no *art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021*.

11.14- Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no *art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021*.

11.15- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.16- A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

11.17- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (*art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021*).

11.18- Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na *Lei nº 12.846 de 2013*, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.19- A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na *Lei nº 14.133, de 2021*, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do *art. 160* do referido diploma legal.

11.20- Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (*art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021*).

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1- Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1- Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13.1.2- Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho.

13.1.2- O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.3.1- O prazo para formalização da contratação previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

13.1.3.2- O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto no subitem acima importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

13.1.3.3- A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

13.1.3.3.1- de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.3.3.2- de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

13.1.3.3.3- de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

13.1.3.3.4- de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.3.3.5- dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.3.3.6- de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

13.1.4- Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da

apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.5- Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2- Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.3- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

13.4- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.5- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.6- As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7- Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

13.8- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.9- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.10- No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.10.1- As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

13.10.2- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.11- Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

13.12- O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

13.13- Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

13.14- Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

13.14.1- ANEXO I - Termo de Referência;

13.14.1.1 Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

13.14.2- ANEXO III – Resolução SAP 049/2024;

13.14.3- ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

13.14.4- ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VAGNER FERREIRA DOS SANTOS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 16:26:31.

ESP-PENIT. VALDIC JUNIO A. PRIMO - AVANHANDAV

Termo de Referência 65/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
65/2026	380217-ESP-PENIT. VALDIC JUNIO A. PRIMO - AVANHANDAV	MARCELO LEANDRO AUGUSTO SILVA	03/06/2026 16:14 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00243314/2026-83

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material de consumo para construção, reforma, manutenção e adequações técnicas a serem realizadas na estrutura física do imóvel público, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	UF	UNIDADE	TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	ITEM BEC	ITEM COMPRAS. COM.BR
1	10	Metro cúbico	38	Areia fina	314137	280968
2	10	Metro cúbico	38	Areia Grossa	5803136	280969
3	536	Sc de 20kg	60	Argamassa AC-III	4603850	315173
4	580	Barra de 6m	10	Barra de Cano para esgoto 100mm	5064872	627255
5	189	Barra de 12 metros	36	Barra Macica Metais Ferrosos, Aco Ca-50, Vergalhao, 5/16"	4941241	236987

6	1	Barra de 12 metros	36	Barra Macica Metais Ferrosos; No Formato Redonda; do Tipo Lisa; Medindo Diametro de 3 /16	3923126	288437
7	32	milheiro	11	Bloco Ceramico de Vedacao; Medindo 9 x 19 x 19 Cm (largura x Altura x Comprimento); Tipo Bloco para Vedacao, Tipo Baiano; 08 Furos; Uso Em Construcão, Uso Revestido; Conforme Conforme Nbr15270-1;	3957845	382067
8	536	Saco de 20 quilograma	55	Cal Hidratada; Composto de Calcareo Tipo Ch-iii; Com Plasticidade Maior Ou Igual a 110; Especificacao de Acordo Com a Nbr 7175;	1218905	320920
9	343	Sc de 50kg	380	Cimento Portland composto (CPII-E-32)	112011	327367
10	3	Quilograma	100	Eletrodo, Composto de Carbono, Silicio, Manganes, Bitola 2, 5mm, E6013	1755617	440477
11	3	Quilograma	100	Eletrodo, Composto de Carbono, Silicio, Manganes, Bitola 3, 25mm, E7018	1755625	289292
12	3	KG	8	Grampo para Cerca; de Galvanizado; Com Bitola de Tipo u para Cerca, medindo 4mm Diam.x 1" comprimento;	1717553	332854
13	43	Rolo 50 metros	4	Mangueira, de Polietileno, Preta; Com Comprimento de 50 M; Com Diametro de 2", Espessura Da Parede 4.4 Mm; para Ser	2833700	297816

				Utilizado para Irrigacao para Areas Rurais e Urbanas, Pressao de Trabalho 100 Psi;		
14	250	Rolo de 100 metros	4	Mangueira, de Polietileno, Preta; Com Comprimento de 50 M; Com Diametro de 3/4, Espessura Da Parede 4.4 Mm; para Ser Utilizado para Irrigacao para Areas Rurais e Urbanas, Pressao de Trabalho 100 Psi;	4888553	255872
15	1	Unidade	40	Mourão Concreto, 04 Ferros, Curvo, 3,0m	5372690	249186
16	1	Unidade	6	No break 3,0 kva	4901509	477080
17	10	Metro cúbico	26	Pedra Britada Numero 1, Fina, Pontagudo, Peneira Série Intermediária	4714490	216957
18	580	Barra de 6 metros	26	Perfil U Enrijecido (75 x 15 x 2, 25)mm - PERFIL G	6204856	609981
19	11	Metro quadrado	80	Placas Ceramicas Esmaltadas, 32 x 59 Cm	3113558	462793
20	2	Metro	180	Tela de Aco Galvanizado, Tipo Alambrado, Bwg12 - Malha 65mm, Alt 1.80m	4526767	610949
21	355	Barra com 3 metros	60	ELETRODUTO,ACO,2", GALVANIZADO,SEM ROSCA	4835662	385007
22	355	Barra com 3 metros	40	ELETRODUTO GALVANIZADO A FOGO, COM 1 POLEGADA DE DIAMETRO	3153550	429347

23	355	Barra com 3 metros	40	ELETRODUTO, ACO, 3 /4", GALVANIZADO, SEM ROSCA	4835654	397127
24	1	Unidade	15	CURVA PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO, 3 /4", ANGULO DE 90 GRAUS, DE ACO COM GALVANIZACAO ELETROLITICA; UTILIZACAO: PARA SER UTILIZADO EM ELETRODUTO;BITOLA: COM BITOLA DE 3/4"; ANGULACAO: FORMANDO UM ANGULO DE 180 GRAUS;	2316803	483266
25	1	Unidade	15	Curva para Tubulacao Eletrica; de Aco Galvanizado; para Ser Utilizado Em Eletroduto; Com Bitola de 2 Poleg; Formando Um Angulo de 90 Graus;	6403085	460020
26	1	Unidade	15	Acessorios para Eletrodutos; Joelho Unilet; Em Aluminio; Fundido; para Ser Utilizado Em Eletroduto Com Diametro de 1 Polegada	6546447	379408
27	1	Unidade	80	ABRACADEIRA DE FIXACAO,ACO,PARA ELETRODUTO,3/4" PARA SER ENTREGUE COM PARAFUSO DE CABECA REDONDA E PORCA SEXTAVADA; DIAMETRO: COM DIAMETRO DE DE 3/4", COM PARAFUSO E BUCHA S6 (1/4"); CARACTERISTICA	4643810	454414
28	1	Unidade	60	Abracadeira de Fixacao; de Aço Sae 1020,	5836379	628174

				Acabamento Superficial Zincado, do Tipo D, Com Cunha de 2"; para Utilizar Em Fixação de Tubos; Na Cor Natural Em Aço		
29	1	Unidade	60	Abracadeira de Fixação; de Fabricada Em Chapa de Aço Pre-zincado; Tipo "d"; para Utilizar Em Fixação de Eletroduto; Na Cor Metálica; para Ser Entregue Com Cunha para Travamento; Com Diâmetro de 1 Polegada;	5692857	355154
30	1	Unidade	80	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Material Liga de Alumínio; Diâmetro Nominal de 1"; Tipo Unidut Reto, para Eletroduto Rígido; Sem Vedação Interna, Fixação Por Parafusos, Conexão Sem Rosca; Conforme Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6081800	316908
31	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Alumínio-silício; Dn 50 (2"); do Tipo Unidut Reto, Sem Rosca, Fixação Por Parafusos de Aperto; Com Gaxetas de Vedação Nas Extremidades, Ip54; Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes;	6013724	322319
32	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Alumínio Silício; 3/4 Polegadas; do Tipo Unidut Reto; Com Vedação;	5851149	316907
33	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Alumínio-	4121112	311312

				silício 1113; Dn 20 (3/4"); do Tipo Unidut Reto; Sem Vedação;		
34	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Alumínio-silício 1113; Dn 25 (1"); do Tipo Unidut Reto; Sem Vedação;	4121090	418107
35	1	Unidade	50	Acessorios para Eletrodutos; Conector Unidut Reto, Sem Rosca, Com Diâmetro de 2 Polegadas; Em Aluminio Fundido; Acabamento Sem Pintura; para Ser Utilizado Na Emenda Entre Dois Eletrodutos; para Ser Utilizado Em Eletroduto Com Diâmetro de 2 Polegadas; Com 02 Parafusos para Fixacao do Eletroduto; Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes;	6066283	379408
36	1	Unidade	50	Terminal Sem Rosca Interna para Eletroduto; Em Aluminio; 3/4 de Polegada; Com Diâmetro 29,6 Mm; Unidut Reto; para Eletroduto Din 2440 Ou Schedule40; Sem Vedacao; Conforme As Normas Abnt / Nbr Vigentes;	6190669	330950
37	1	Unidade	50	Terminal Sem Rosca Interna para Eletroduto; Em Aluminio; Diâmetro Nominal de 1"; Tipo Unidut Reto, Categoria c (comum); Sem Vedacao; Conforme Normas Nbr /abnt Vigentes;	4841395	330949
38	1	Unidade	50		5096901	300632

				Terminal Sem Rosca Interna para Eletroduto; Em Aluminio Injetado; Diâmetro Nominal de 2"; Tipo Unidut Reto; Sem Vedacao; Rosca Bsp; Conforme Normas Nbr /abnt Vigentes;		
39	1	Unidade	50	Condutele; Tipo "x"; Aluminio Fundido; Com Rosca; para Eletroduto Com Diâmetro de 3/4 Polegadas; Com Vedacao; Com Tampa; Dimensoes: 51 x 49 x 93 Mm (lxaxc); Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6402909	452535
40	1	Unidade	50	Condutele; Tipo X; Em Aluminio Fundido; Com Rosca; para Eletroduto Com Diâmetro de 2 Polegadas; Com Vedacao; Com Tampa; Dimensoes: 51 x 49 x 93 Mm (lxaxc); Na Cor Cinza; Grau de Protecao Minimo Ip 54; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6403794	619749
41	1	Unidade	50	Condutele; Tipo "x"; Aluminio Fundido; Com Rosca; para Eletroduto Com Diâmetro de 1 Polegada; Com Vedacao; Com Tampa; Dimensoes: 51 x 49 x 93 Mm (lxaxc); Na Cor Cinza; Grau de Protecao Minimo Ip 54; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6402968	426129
42	408	5 quilograma	35	Rejunte, cimento portland, tipo I, cor preto grafite	4068467	629094

43	32	Milheiro	2	Tijolo macico ceramico para alvenaria, 210x100x50 Mm	4702026	447914
44	580	UNIDADE	25	Barra Macica Metais Ferrosos; de Aco Sae 1020; No Formato Redondo; do Tipo Lisa; Medindo 7/8" de Diametro; Devendo Ser Entregue Com Acabamento Natural	5946344	608122
45	1	Unidade	1	Maquina de Solda; Em Chapa de Aco; Tipo Inversora - Monofasica de Alta Frequencia - para Soldagem Com Eletrodos Revestidos - Tig Cc/dc; Faixa de Corrente de Solda: 5 Ate 250 a - Fator de Trabalho: 180 a 100% / 250 a 50%; Capacidade Maxima de Solda: 6,35	3796922	451177
46	250	Rolo com 100 metros	8	Cabo Eletrico; de Cobre Nu; Eletrolitico; Secao Nominal Condutor 16 Mm2; Diametro Condutor 5,1 Mm; Espessura de Isolacao 1,0 Mm; Capa de Policloreto de Vinila (pvc), Tipo Pvc/a para 70 Graus Celsius, Antichama Bwf-b; Tensoes de Trabalho de 450/750v; Tipo Extraflexivel; Encordamento Classe 5; Capa Na Cor Preta; Com Certificacao Compulsoria Inmetro; Conforme Norma: Nbr Nm-247-3 e Nbr Nm 280 Da Abnt /mercosul;	6221289	409291
47	1	Unidade	15	Armacao de Aco; Tipo Ca-60; Barra de Aco Principal Com Bitola de 06mm; Barra de Aco	5336325	602978

				Principal Com Comprimento de 6,0m; para Atender Uma Seção Transversal de Banzo Diagonal e Banzo Inferior de 4,2mm; Espacamento Entre Os Estribos de H8; No Formato Triangular Treliça Armadura Metálica Para Concreto Material: Aço Ca-60 , Tipo: Nervurada , Bitola: 6 MM, Comprimento: 12		
48	1	unidade	5	Barra Chata; de Ferro; Medindo 2" x 3/8" (50,80 x 9,52 Mm); para Ser Utilizada Na Confecção de Peças, Grades; Comprimento de 6,0 Metros;	748498	372663
49	1	UNIDADE	60	Disco para Lixadeira; Disco de Corte de Oxido de Alumínio para Materiais Ferrosos; Medindo 7" x 1/8" x 7/8" (178 x 3,0 x 22,2 Mm); Metal Corte 2 Telas;	5033594	376301
50	355	Barra 3 mt	3	Perfil U; de Aço Carbono, Chapa Dobrada; Com Espessura de 1/8" (polegada); Com Dimensões de 60 x 40 x 40 Mm; Devendo Ser Entregue Liso, Com Acabamento Natural;	5849179	471740
51	1	UNIDADE	4	Roldana; de Aço; Tipo Cava U, Com Suporte; Medindo 4"; Suporta Até 80 Kg; Acabamento Em Aço Cromado; para Ser Utilizada Na Confecção de Portões Em Aço; Conforme Normas Nbr /abnt Vigentes;	6191010	617004

52	1	UNIDADE	10	Rebolo; Tipo 27, Disco de Desbaste; Medindo 7" x 1/4" x 7/8"; Grao Abrasivo Oxido de Alumínio; Conforme Nbr 15230; para Desbaste de Metais Ferrosos; Com Validade de 1 Ano a Partir do Recebimento;	2641895	625254
----	---	---------	----	---	---------	--------

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto desta contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual devidamente amparado por Decreto Estadual 67.689 de 3 de maio de 2023.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Critérios de Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Conforme manifestação da GERÊNCIA DE RESÍDUOS DO INC - COAD/INC no SEI (0015615151), a contratada deve atender, quando couber, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Art. 5º: “Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL”: que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -15448-1 e 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Aquisições — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 4 de 18 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexa valente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).”

4.1.2 A Contratada deve atender, quando aplicável, as disposições normativas de caráter ambiental presentes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP, como o registro no Cadastro Técnico Federal – CTF, pois os bens a serem adquiridos, estão enquadrados na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, de 23 de agosto de 2021, Anexo I, como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Obrigando pessoas jurídicas que exerçam essas atividades que possuam inscrição no CTF/APP.

4.1.3 A Contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora deverá obrigatoriamente adotar a Logística Reversa, quando couber, conforme a Lei 12.305/2010, Art. 33, quando da obsolescência destes insumos.

"Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes ,importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV -óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI -produtos eletroeletrônicos e seus componentes”.

4.1.4 Os Critérios Ambientais não serão utilizados como mecanismo de desempate.

4.1.5 Seguir como legislação norteadora o GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS da Advocacia Geral da União - AGU/CGU, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Art. 5º), bem como as disposições normativas de caráter ambiental presentes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP, como o registro no Cadastro Técnico Federal – CTF.

4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 Não há indicação de marca ou modelo.

4.3 Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3.1 Não há vedação de marca ou produto.

4.4. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.5 Da subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Da Garantia da Contratação4.6.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, conforme justificado pela Alta Administração do Instituto, na forma do Despacho Referencial INC 0034647336 .

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Locais de entrega

- Item 1, quantidade 8 m cubico
- Item 2, quantidade 8 m cubico
- Item 5, quantidade 16 barra de 12m
- Item 6, quantidade 16 barra de 12m
- Item 7, quantidade 6 milheiro
- Item 17, quantidade 6 metro cubico

Deverão ser entregues no Centro de Ressocialização de Araçatuba no endereço - RUA SACADURA CABRAL, 251, AVIAÇÃO - CEP: 16055-510 - ARAÇATUBA/SP.

O restante dos itens serão entregue na Penitenciária Valdic junio Alves Primo de Avanhanda no endereço RODOVIA MARECHAL RONDON SP-300 KM 475, BAIRRO ROCINHA - AVANHANDAVA/SP.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.8. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos **provisóriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado. Nota Explicativa: Inserir o subitem 6.12 se for o caso para inclusão de rotinas de fiscalização específicas para atender às peculiaridades do objeto contratado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 128.880,71

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 128.880,71 (cento e vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e setenta e um centavos)** estimada com aferição da quantidade solicitada e média de preços do sitio COMPRAS.GOV.BR, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	UF	UNIDADE	TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	ITEM BEC	ITEM COMPRAS. COM.BR	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	10	Metro cúbico	38	Areia fina	314137	280968	R\$ 147,95	R\$ 5.622,10
2	10	Metro cúbico	38	Areia Grossa	5803136	280969	R\$ 149,00	R\$ 5.662,00
3	536	Sc de 20kg	60	Argamassa AC-III	4603850	315173	R\$ 27,99	R\$ 1.679,40
4	580	Barra de 6m	10	Barra de Cano para esgoto 100mm	5064872	627255	R\$ 74,98	R\$ 749,80
5	189	Barra de 12 metros	36	Barra Macica Metais Ferrosos, Aco Ca-50, Vergalhao, 5/16"	4941241	236987	R\$ 36,88	R\$ 1.327,68
6	1	Barra de 12 metros	36	Barra Macica Metais Ferrosos; No Formato Redonda; do Tipo Lisa; Medindo Diametro de 3/16	3923126	288437	R\$ 14,00	R\$ 504,00
7	32	milheiro	11	Bloco Ceramico de Vedacao; Medindo 9 x 19 x 19 Cm (largura x Altura x Comprimento); Tipo Bloco para Vedacao, Tipo Baiano; 08 Furos; Uso Em Construcão, Uso Revestido; Conforme Conforme Nbr15270-1;	3957845	382067	R\$ 962,00	R\$ 10.582,00
8	536		55	Cal Hidratada; Composto de Calcareo Tipo Ch-iii; Com	1218905	320920	R\$ 19,40	R\$ 1.067,00

		Saco de 20 quilograma		Plasticidade Maior Ou Igual a 110; Especificacao de Acordo Com a Nbr 7175;				
9	343	Sc de 50kg	380	Cimento Portland composto (CPII-E-32)	112011	327367	R\$ 35,88	R\$ 13.634,40
10	3	Quilograma	100	Eletrodo, Composto de Carbono, Silicio, Manganes, Bitola 2, 5mm, E6013	1755617	440477	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
11	3	Quilograma	100	Eletrodo, Composto de Carbono, Silicio, Manganes, Bitola 3, 25mm, E7018	1755625	289292	R\$ 18,08	R\$ 1.808,00
12	3	KG	8	Grampo para Cerca; de Galvanizado; Com Bitola de Tipo u para Cerca,medindo 4mm Diam.x 1"comprimento;	1717553	332854	R\$ 19,68	R\$ 157,44
13	43	Rolo 50 metros	4	Mangueira, de Polietileno, Preta; Com Comprimento de 50 M; Com Diametro de 2", Espessura Da Parede 4.4 Mm; para Ser Utilizado para Irrigacao para Areas Rurais e Urbanas, Pressao de Trabalho 100 Psi;	2833700	297816	480	R\$ 1.920,00
14	250	Rolo de 100 metros	4	Mangueira, de Polietileno, Preta; Com Comprimento de 50 M; Com Diametro de 3/4, Espessura Da Parede 4.4 Mm; para Ser Utilizado para Irrigacao para Areas Rurais e Urbanas, Pressao de Trabalho 100 Psi;	4888553	255872	162	R\$ 648,00
15	1	Unidade	40	Mourão Concreto, 04 Ferros, Curvo, 3,0m	5372690	249186	R\$ 69,50	R\$ 2.780,00
16	1	Unidade	6	No break 3,0 kva	4901509	477080	R\$ 2099,29	R\$ 12.595,74
17	10	Metro cúbico	26	Pedra Britada Numero 1, Fina, Pontiagudo, Peneira Série Intermediária	4714490	216957	R\$ 152,75	R\$ 3.971,50

18	580	Barra de 6 metros	26	Perfil U Enrijecido (75 x 15 x 2, 25)mm - PERFIL G	6204856	609981	R\$ 200,00	R\$ 5.200,00
19	11	Metro quadrado	80	Placas Ceramicas Esmaltadas, 32 x 59 Cm	3113558	462793	R\$ 27,97	R\$ 2.237,60
20	2	Metro	180	Tela de Aco Galvanizado, Tipo Alambrado, Bwg12 - Malha 65mm, Alt 1.80m	4526767	610949	R\$ 36,00	R\$ 6.480,00
21	355	Barra com 3 metros	60	ELETRODUTO, ACO, 2", GALVANIZADO, SEM ROSCA	4835662	385007	R\$ 78,90	R\$ 4.734,00
22	355	Barra com 3 metros	40	ELETRODUTO GALVANIZADO A FOGO, COM 1 POLEGADA DE DIAMETRO	3153550	429347	R\$ 35,62	R\$ 1.424,80
23	355	Barra com 3 metros	40	ELETRODUTO, ACO, 3/4", GALVANIZADO, SEM ROSCA	4835654	397127	R\$ 52,00	R\$ 2.080,00
24	1	Unidade	15	CURVA PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO, 3/4", ANGULO DE 90 GRAUS, DE ACO COM GALVANIZACAO ELETROLITICA; UTILIZACAO: PARA SER UTILIZADO EM ELETRODUTO; BITOLA: COM BITOLA DE 3/4"; ANGULACAO: FORMANDO UM ANGULO DE 180 GRAUS;	2316803	483266	R\$ 5,85	R\$ 87,75
25	1	Unidade	15	Curva para Tubulacao Eletrica; de Aco Galvanizado; para Ser Utilizado Em Eletroduto; Com Bitola de 2 Poleg; Formando Um Angulo de 90 Graus;	6403085	460020	R\$ 29,30	R\$ 439,50
26	1	Unidade	15	Acessorios para Eletrodutos; Joelho Unilet; Em Alumínio; Fundido; para Ser Utilizado Em Eletroduto Com Diametro de 1 Polegada	6546447	379408	R\$ 16,47	R\$ 247,05
27	1	Unidade	80	ABRACADEIRA DE FIXACAO, ACO, PARA ELETRODUTO, 3/4" PARA SER ENTREGUE COM PARAFUSO DE CABECA REDONDA E	4643810	454414	R\$ 1,89	R\$ 151,20

				PORCA SEXTAVADA; DIAMETRO: COM DIAMETRO DE DE 3/4", COM PARAFUSO E BUCHA S6 (1/4"); CARACTERISTICA				
28	1	Unidade	60	Abracadeira de Fixacao; de Aço Sae 1020, Acabamento Superficial Zincado, do Tipo D, Com Cunha de 2"; para Utilizar Em Fixação de Tubos; Na Cor Natural Em Aço	5836379	628174	R\$ 4,00	R\$ 240,00
29	1	Unidade	60	Abracadeira de Fixacao; de Fabricada Em Chapa de Aço Pre-zincado; Tipo "d"; para Utilizar Em Fixacao de Eletroduto; Na Cor Metalica; para Ser Entregue Com Cunha para Travamento; Com Diametro de 1 Polegada;	5692857	355154	R\$ 1,93	R\$ 115,80
30	1	Unidade	80	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Material Liga de Aluminio; Diametro Nominal de 1"; Tipo Unidut Reto, para Eletroduto Rigido; Sem Vedacao Interna, Fixacao Por Parafusos, Conexao Sem Rosca; Conforme Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6081800	316908	R\$ 4,41	R\$ 352,80
31	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Aluminio-silicio; Dn 50 (2"); do Tipo Unidut Reto, Sem Rosca, Fixacao Por Parafusos de Aperto; Com Gaxetas de Vedacao Nas Extremidades, Ip54; Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes;	6013724	322319	R\$ 18,75	R\$ 1.125,00
32	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Aluminio Silicio; 3/4 Polegadas; do Tipo Unidut Reto; Com Vedacao;	5851149	316907	R\$ 6,84	R\$ 410,40
33	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Alumínio-silício 1113; Dn 20 (3/4"); do Tipo Unidut Reto; Sem Vedação;	4121112	311312	R\$ 10,90	R\$ 654,00

34	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Alumínio-silício 1113; Dn 25 (1"); do Tipo Unidut Reto; Sem Vedação;	4121090	418107	R\$ 7,90	R\$ 474,00
35	1	Unidade	50	Acessorios para Eletrodutos; Conector Unidut Reto, Sem Rosca, Com Diametro de 2 Polegadas; Em Aluminio Fundido; Acabamento Sem Pintura; para Ser Utilizado Na Emenda Entre Dois Eletrodutos; para Ser Utilizado Em Eletroduto Com Diametro de 2 Polegadas; Com 02 Parafusos para Fixacao do Eletroduto; Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes;	6066283	379408	R\$ 16,47	R\$ 823,50
36	1	Unidade	50	Terminal Sem Rosca Interna para Eletroduto; Em Aluminio; 3 /4 de Polegada; Com Diametro 29,6 Mm; Unidut Reto; para Eletroduto Din 2440 Ou Schedule40; Sem Vedacao; Conforme As Normas Abnt / Nbr Vigentes;	6190669	330950	R\$ 13,45	R\$ 672,50
37	1	Unidade	50	Terminal Sem Rosca Interna para Eletroduto; Em Aluminio; Diametro Nominal de 1"; Tipo Unidut Reto, Categoria c (comum); Sem Vedacao; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	4841395	330949	R\$ 7,48	R\$ 374,00
38	1	Unidade	50	Terminal Sem Rosca Interna para Eletroduto; Em Aluminio Injetado; Diametro Nominal de 2"; Tipo Unidut Reto; Sem Vedacao; Rosca Bsp; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5096901	300632	R\$ 23,50	R\$ 1.175,00
39	1	Unidade	50	Condutele; Tipo "x"; Aluminio Fundido; Com Rosca; para Eletroduto Com Diametro de 3 /4 Polegadas; Com Vedacao; Com Tampa; Dimensoes: 51 x 49 x 93 Mm (lxaxc); Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6402909	452535	R\$ 10,76	R\$ 538,00

40	1	Unidade	50	Condulete; Tipo X; Em Alumínio Fundido; Com Rosca; para Eletroduto Com Diâmetro de 2 Polegadas; Com Vedação; Com Tampa; Dimensões: 51 x 49 x 93 Mm (lxaxc); Na Cor Cinza; Grau de Proteção Mínimo Ip 54; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6403794	619749	R\$ 39,43	R\$ 1.971,50
41	1	Unidade	50	Condulete; Tipo "x"; Alumínio Fundido; Com Rosca; para Eletroduto Com Diâmetro de 1 Polegada; Com Vedação; Com Tampa; Dimensões: 51 x 49 x 93 Mm (lxaxc); Na Cor Cinza; Grau de Proteção Mínimo Ip 54; Conforme Normas Nbr /abnt Vigentes;	6402968	426129	R\$ 14,49	R\$ 724,50
42	408	5 quilograma	35	Rejunte, cimento portland, tipo I, cor preto grafite	4068467	629094	R\$ 37,00	R\$ 1.295,00
43	32	Milheiro	2	Tijolo maciço cerâmico para alvenaria, 210x100x50 Mm	4702026	447914	R\$ 449,00	R\$ 898,00
44	580	UNIDADE	25	Barra Maciça Metais Ferrosos; de Aço Sae 1020; No Formato Redondo; do Tipo Lisa; Medindo 7/8" de Diâmetro; Devendo Ser Entregue Com Acabamento Natural	5946344	608122	312,78	R\$ 7.819,50
45	1	Unidade	1	Máquina de Solda; Em Chapa de Aço; Tipo Inversora - Monofásica de Alta Frequência - para Soldagem Com Eletrodos Revestidos - Tig Cc /dc; Faixa de Corrente de Solda: 5 Até 250 a - Fator de Trabalho: 180 a 100% / 250 a 50%; Capacidade Máxima de Solda: 6,35	3796922	451177	2.947,50	R\$ 132.637,50
46	250	Rolo com 100 metros	8	Cabo Elétrico; de Cobre Nu; Eletrolítico; Seção Nominal Condutor 16 Mm²; Diâmetro Condutor 5,1 Mm; Espessura	6221289	409291	1.793,00	R\$ 82.478,00

				de Isolacao 1,0 Mm; Capa de Policloreto de Vinila (pvc), Tipo Pvc/a para 70 Graus Celsius, Antichama Bwf-b; Tensoes de Trabalho de 450 /750v; Tipo Extraflexivel; Encordamento Classe 5; Capa Na Cor Preta; Com Certificacao Compulsoria Inmetro; Conforme Norma: Nbr Nm-247-3 e Nbr Nm 280 Da Abnt /mercosul;				
47	1	Unidade	15	Armacao de Aco; Tipo Ca-60; Barra de Aco Principal Com Bitola de 06mm; Barra de Aco Principal Com Comprimento de 6,0m; para Atender Uma Secao Transversal de Banzo Diagonal e Banzo Inferior de 4,2mm; Espacamento Entre Os Estribos de H8; No Formato Triangular Trelica Armadura Metálica Para Concreto Material: Aço Ca-60 , Tipo: Nervurada , Bitola: 6 MM, Comprimento: 12	5336325	602978	50,46	R\$ 756,90
48	1	unidade	5	Barra Chata; de Ferro; Medindo 2" x 3/8" (50,80 x 9,52 Mm); para Ser Utilizada Na Confeccão de Peças, Grades; Comprimento de 6,0 Metros;	748498	372663	156,72	R\$ 783,60
49	1	UNIDADE	60	Disco para Lixadeira; Disco de Corte de Oxido de Aluminio para Materiais Ferrosos; Medindo 7" x 1/8" x 7/8" (178 x 3,0 x 22,2 Mm); Metal Corte 2 Telas;	5033594	376301	4,39	R\$ 263,40
50	355	Barra 3 mt	3	Perfil U; de Aco Carbono, Chapa Dobrada; Com Espessura de 1/8" (polegada); Com Dimensoes de 60 x 40 x 40 Mm; Devendo Ser Entregue Liso, Com Acabamento Natural;	5849179	471740	126,75	R\$ 380,25
51	1	UNIDADE	4	Roldana; de Aco; Tipo Cava U, Com Suporte; Medindo 4";	6191010	617004	40	R\$ 160,00

				Suporta Ate 80 Kg; Acabamento Em Aco Cromado; para Ser Utilizada Na Confeccao de Portoes Em Aco; Conforme Normas Nbr /abnt Vigentes;				
52	1	UNIDADE	10	Rebolo; Tipo 27, Disco de Desbaste; Medindo 7" x 1/4" x 7 /8"; Grao Abrasivo Oxido de Aluminio; Conforme Nbr 15230; para Desbaste de Metais Ferrosos; Com Validade de 1 Ano a Partir do Recebimento;	2641895	625254	9,06	R\$ 90,60
TOTAL						R\$ 128.880,71		

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Anual da Contratante.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 380217 - Penitenciária "**Valdic Junio Alves Primo**" de Avanhandava;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 14.421.3815.6139.0000; 14.421.3815.6167.0000;

IV) Elemento de Despesa: 339030; PTRes 380303 e 380308;

10.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VAGNER FERREIRA DOS SANTOS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 16:14:00.

ESP-PENIT. VALDIC JUNIO A. PRIMO - AVANHANDAV

Estudo Técnico Preliminar 18/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00243314/2026-83

2. Descrição da necessidade

Aquisição de MATERIAIS DE COSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO para atender o almoxarifado desta unidade prisional e repor o estoque de material.

A aquisição dos itens visa atender as necessidades desta Unidade Prisional, em especial na manutenção, conservação e reforma das instalações.

Os itens planejados para aquisição são:

ITEM	UF	UNIDADE	QTD	ESPECIFICAÇÃO	ITEM BEC	ITEM COMPRAS. COM.BR	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	10	Metro cúbico	38	Areia fina	314137	280968	R\$ 147,95	R\$ 5.622,10
2	10	Metro cúbico	38	Areia Grossa	5803136	280969	R\$ 149,00	R\$ 5.662,00
3	536	Sc de 20kg	60	Argamassa AC-III	4603850	315173	R\$ 27,99	R\$ 1.679,40
4	580	Barra de 6m	10	Barra de Cano para esgoto 100mm	5064872	627255	R\$ 74,98	R\$ 749,80
5	189	Barra de 12 metros	36	Barra Macica Metais Ferrosos, Aco Ca-50, Vergalhao, 5/16"	4941241	236987	R\$ 36,88	R\$ 1.327,68
6	1	Barra de 12 metros	36	Barra Macica Metais Ferrosos; No Formato Redonda; do Tipo Lisa; Medindo Diametro de 3/16	3923126	288437	R\$ 14,00	R\$ 504,00
7	32	milheiro	11	Bloco Ceramico de Vedacao; Medindo 9 x 19 x 19 Cm (largura x Altura x Comprimento); Tipo Bloco para Vedacao, Tipo Baiano; 08	3957845	382067	R\$ 962,00	R\$ 10.582,00

				Furos; Uso Em Construção, Uso Revestido; Conforme Conforme Nbr15270-1;				
8	536	Saco de 20 quilograma	55	Cal Hidratada; Composto de Calcareo Tipo Ch-iii; Com Plasticidade Maior Ou Igual a 110; Especificação de Acordo Com a Nbr 7175;	1218905	320920	R\$ 19,40	R\$ 1.067,00
9	343	Sc de 50kg	380	Cimento Portland composto (CPII-E-32)	112011	327367	R\$ 35,88	R\$ 13.634,40
10	3	Quilograma	100	Eletrodo, Composto de Carbono, Silício, Manganês, Bitola 2, 5mm, E6013	1755617	440477	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
11	3	Quilograma	100	Eletrodo, Composto de Carbono, Silício, Manganês, Bitola 3, 25mm, E7018	1755625	289292	R\$ 18,08	R\$ 1.808,00
12	3	KG	8	Grampo para Cerca; de Galvanizado; Com Bitola de Tipo u para Cerca, medindo 4mm Diam.x 1" comprimento;	1717553	332854	R\$ 19,68	R\$ 157,44
13	43	Rolo 50 metros	4	Mangueira, de Polietileno, Preta; Com Comprimento de 50 M; Com Diâmetro de 2", Espessura Da Parede 4.4 Mm; para Ser Utilizado para Irrigação para Áreas Rurais e Urbanas, Pressão de Trabalho 100 Psi;	2833700	297816	480	R\$ 1.920,00
14	250	Rolo de 100 metros	4	Mangueira, de Polietileno, Preta; Com Comprimento de 50 M; Com Diâmetro de 3/4, Espessura Da Parede 4.4 Mm; para Ser Utilizado para Irrigação para Áreas Rurais e Urbanas, Pressão de Trabalho 100 Psi;	4888553	255872	162	R\$ 648,00
15	1	Unidade	40	Mourão Concreto, 04 Ferros, Curvo, 3,0m	5372690	249186	R\$ 69,50	R\$ 2.780,00
16	1	Unidade	6	No break 3,0 kva	4901509	477080	R\$ 2099,29	R\$ 12.595,74

17	10	Metro cúbico	26	Pedra Britada Numero 1, Fina, Pontagudo, Peneira Série Intermediária	4714490	216957	R\$ 152,75	R\$ 3.971,50
18	580	Barra de 6 metros	26	Perfil U Enrijecido (75 x 15 x 2, 25)mm - PERFIL G	6204856	609981	R\$ 200,00	R\$ 5.200,00
19	11	Metro quadrado	80	Placas Ceramicas Esmaltadas, 32 x 59 Cm	3113558	462793	R\$ 27,97	R\$ 2.237,60
20	2	Metro	180	Tela de Aco Galvanizado, Tipo Alambrado, Bwg12 - Malha 65mm, Alt 1.80m	4526767	610949	R\$ 36,00	R\$ 6.480,00
21	355	Barra com 3 metros	60	ELETRODUTO, ACO, 2", GALVANIZADO, SEM ROSCA	4835662	385007	R\$ 78,90	R\$ 4.734,00
22	355	Barra com 3 metros	40	ELETRODUTO GALVANIZADO A FOGO, COM 1 POLEGADA DE DIAMETRO	3153550	429347	R\$ 35,62	R\$ 1.424,80
23	355	Barra com 3 metros	40	ELETRODUTO, ACO, 3/4", GALVANIZADO, SEM ROSCA	4835654	397127	R\$ 52,00	R\$ 2.080,00
24	1	Unidade	15	CURVA PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO, 3/4", ANGULO DE 90 GRAUS, DE ACO COM GALVANIZACAO ELETROLITICA; UTILIZACAO: PARA SER UTILIZADO EM ELETRODUTO; BITOLA: COM BITOLA DE 3/4"; ANGULACAO: FORMANDO UM ANGULO DE 180 GRAUS;	2316803	483266	R\$ 5,85	R\$ 87,75
25	1	Unidade	15	Curva para Tubulacao Eletrica; de Aco Galvanizado; para Ser Utilizado Em Eletroduto; Com Bitola de 2 Poleg; Formando Um Angulo de 90 Graus;	6403085	460020	R\$ 29,30	R\$ 439,50
26	1	Unidade	15	Acessorios para Eletrodutos; Joelho Unilet; Em Alumínio; Fundido; para Ser Utilizado Em Eletroduto Com Diametro de 1 Polegada	6546447	379408	R\$ 16,47	R\$ 247,05

27	1	Unidade	80	ABRACADEIRA DE FIXACAO, ACO, PARA ELETRODUTO, 3/4" PARA SER ENTREGUE COM PARAFUSO DE CABECA REDONDA E PORCA SEXTAVADA; DIAMETRO: COM DIAMETRO DE 3/4", COM PARAFUSO E BUCHA S6 (1/4"); CARACTERISTICA	4643810	454414	R\$ 1,89	R\$ 151,20
28	1	Unidade	60	Abracadeira de Fixacao; de Aço Sae 1020, Acabamento Superficial Zincado, do Tipo D, Com Cunha de 2"; para Utilizar Em Fixação de Tubos; Na Cor Natural Em Aço	5836379	628174	R\$ 4,00	R\$ 240,00
29	1	Unidade	60	Abracadeira de Fixacao; de Fabricada Em Chapa de Aço Pre-zincado; Tipo "d"; para Utilizar Em Fixacao de Eletroduto; Na Cor Metalica; para Ser Entregue Com Cunha para Travamento; Com Diametro de 1 Polegada;	5692857	355154	R\$ 1,93	R\$ 115,80
30	1	Unidade	80	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Material Liga de Alumínio; Diametro Nominal de 1"; Tipo Unidut Reto, para Eletroduto Rigido; Sem Vedacao Interna, Fixacao Por Parafusos, Conexao Sem Rosca; Conforme Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6081800	316908	R\$ 4,41	R\$ 352,80
31	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Alumínio-silício; Dn 50 (2"); do Tipo Unidut Reto, Sem Rosca, Fixacao Por Parafusos de Aperto; Com Gaxetas de Vedacao Nas Extremidades, Ip54; Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes;	6013724	322319	R\$ 18,75	R\$ 1.125,00
32	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Alumínio Silício; 3/4 Polegadas; do Tipo Unidut Reto; Com Vedacao;	5851149	316907	R\$ 6,84	R\$ 410,40
33	1	Unidade	60		4121112	311312	R\$ 10,90	R\$ 654,00

				Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Alumínio-silício 1113; Dn 20 (3/4"); do Tipo Unidut Reto; Sem Vedação;				
34	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Alumínio-silício 1113; Dn 25 (1"); do Tipo Unidut Reto; Sem Vedação;	4121090	418107	R\$ 7,90	R\$ 474,00
35	1	Unidade	50	Acessorios para Eletrodutos; Conector Unidut Reto, Sem Rosca, Com Diametro de 2 Polegadas; Em Aluminio Fundido; Acabamento Sem Pintura; para Ser Utilizado Na Emenda Entre Dois Eletrodutos; para Ser Utilizado Em Eletroduto Com Diametro de 2 Polegadas; Com 02 Parafusos para Fixacao do Eletroduto; Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes;	6066283	379408	R\$ 16,47	R\$ 823,50
36	1	Unidade	50	Terminal Sem Rosca Interna para Eletroduto; Em Aluminio; 3 /4 de Polegada; Com Diametro 29,6 Mm; Unidut Reto; para Eletroduto Din 2440 Ou Schedule40; Sem Vedacao; Conforme As Normas Abnt / Nbr Vigentes;	6190669	330950	R\$ 13,45	R\$ 672,50
37	1	Unidade	50	Terminal Sem Rosca Interna para Eletroduto; Em Aluminio; Diametro Nominal de 1"; Tipo Unidut Reto, Categoria c (comum); Sem Vedacao; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	4841395	330949	R\$ 7,48	R\$ 374,00
38	1	Unidade	50	Terminal Sem Rosca Interna para Eletroduto; Em Aluminio Injetado; Diametro Nominal de 2"; Tipo Unidut Reto; Sem Vedacao; Rosca Bsp; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5096901	300632	R\$ 23,50	R\$ 1.175,00
39	1	Unidade	50		6402909	452535	R\$ 10,76	R\$ 538,00

				Condutele; Tipo "x"; Alumínio Fundido; Com Rosca; para Eletroduto Com Diâmetro de 3 /4 Polegadas; Com Vedação; Com Tampa; Dimensões: 51 x 49 x 93 Mm (lxaxc); Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;				
40	1	Unidade	50	Condutele; Tipo X; Em Alumínio Fundido; Com Rosca; para Eletroduto Com Diâmetro de 2 Polegadas; Com Vedação; Com Tampa; Dimensões: 51 x 49 x 93 Mm (lxaxc); Na Cor Cinza; Grau de Proteção Mínimo Ip 54; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6403794	619749	R\$ 39,43	R\$ 1.971,50
41	1	Unidade	50	Condutele; Tipo "x"; Alumínio Fundido; Com Rosca; para Eletroduto Com Diâmetro de 1 Polegada; Com Vedação; Com Tampa; Dimensões: 51 x 49 x 93 Mm (lxaxc); Na Cor Cinza; Grau de Proteção Mínimo Ip 54; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6402968	426129	R\$ 14,49	R\$ 724,50
42	408	5 quilograma	35	Rejunte, cimento portland, tipo I, cor preto grafite	4068467	629094	R\$ 37,00	R\$ 1.295,00
43	32	Milheiro	2	Tijolo maciço cerâmico para alvenaria, 210x100x50 Mm	4702026	447914	R\$ 449,00	R\$ 898,00
44	580	UNIDADE	25	Barra Maciça Metais Ferrosos; de Aço Sae 1020; No Formato Redondo; do Tipo Lisa; Medindo 7/8" de Diâmetro; Devendo Ser Entregue Com Acabamento Natural	5946344	608122	312,78	R\$ 7.819,50
45	1	Unidade	1	Máquina de Solda; Em Chapa de Aço; Tipo Inversora - Monofásica de Alta Frequência - para Soldagem Com Eletrodos Revestidos - Tig Cc /dc; Faixa de Corrente de Solda: 5 Até 250 a - Fator de Trabalho: 180 a 100% / 250 a	3796922	451177	2.947,50	R\$ 132.637,50

				50%; Capacidade Maxima de Solda: 6,35				
46	250	Rolo com 100 metros	8	Cabo Eletrico; de Cobre Nu; Eletrolitico; Secao Nominal Condutor 16 Mm2; Diametro Condutor 5,1 Mm; Espessura de Isolacao 1,0 Mm; Capa de Policloreto de Vinila (pvc), Tipo Pvc/a para 70 Graus Celsius, Antichama Bwf-b; Tensoes de Trabalho de 450 /750v; Tipo Extraflexivel; Encordamento Classe 5; Capa Na Cor Preta; Com Certificacao Compulsoria Inmetro; Conforme Norma: Nbr Nm-247-3 e Nbr Nm 280 Da Abnt /mercosul;	6221289	409291	1.793,00	R\$ 82.478,00
47	1	Unidade	15	Armacao de Aco; Tipo Ca-60; Barra de Aco Principal Com Bitola de 06mm; Barra de Aco Principal Com Comprimento de 6,0m; para Atender Uma Secao Transversal de Banzo Diagonal e Banzo Inferior de 4,2mm; Espacamento Entre Os Estribos de H8; No Formato Triangular Trelica Armadura Metálica Para Concreto Material: Aço Ca-60 , Tipo: Nervurada , Bitola: 6 MM, Comprimento: 12	5336325	602978	50,46	R\$ 756,90
48	1	unidade	5	Barra Chata; de Ferro; Medindo 2" x 3/8" (50,80 x 9,52 Mm); para Ser Utilizada Na Confeccão de Peças, Grades; Comprimento de 6,0 Metros;	748498	372663	156,72	R\$ 783,60
49	1	UNIDADE	60	Disco para Lixadeira; Disco de Corte de Oxido de Aluminio para Materiais Ferrosos; Medindo 7" x 1/8" x 7/8" (178 x 3,0 x 22,2 Mm); Metal Corte 2 Telas;	5033594	376301	4,39	R\$ 263,40
50	355	Barra 3 mt	3	Perfil U; de Aco Carbono, Chapa Dobrada; Com Espessura de 1/8" (polegada);	5849179	471740	126,75	R\$ 380,25

				Com Dimensoes de 60 x 40 x 40 Mm; Devendo Ser Entregue Liso, Com Acabamento Natural;				
51	1	UNIDADE	4	Roldana; de Aco; Tipo Cava U, Com Suporte; Medindo 4"; Suporta Ate 80 Kg; Acabamento Em Aco Cromado; para Ser Utilizada Na Confeccao de Portoes Em Aco; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6191010	617004	40	R\$ 160,00
52	1	UNIDADE	10	Rebolo; Tipo 27, Disco de Desbaste; Medindo 7" x 1/4" x 7/8"; Grao Abrasivo Oxido de Aluminio; Conforme Nbr 15230; para Desbaste de Metais Ferrosos; Com Validade de 1 Ano a Partir do Recebimento;	2641895	625254	9,06	R\$ 90,60
							TOTAL	R\$ 128.880,71

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Finanças e Suprimentos	MARCELO LEANDRO AUGUSTO SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A aquisição dos produtos se darão por meio da modalidade de **Pregão Eletrônico**. A modalidade pretendida confere vantagens para administração pública, podendo ser adquiridos com previsão de entrega única e imediata tendo em vista que alguns itens terão sua pronta utilização e outros farão parte do estoque necessário para suprir as demandas repentinas e corriqueiras desta Unidade.

5. Levantamento de Mercado

A Pesquisa de preços foi realizada através do sitio eletrônico **compras.gov.br** conforme segue.

ITEM	UF	UNIDADE	QTD	ESPECIFICAÇÃO	ITEM BEC	ITEM COMPRAS. COM.BR	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	10	Metro cúbico	38	Areia fina	314137	280968	R\$ 147,95	R\$ 5.622,10
2	10	Metro cúbico	38	Areia Grossa	5803136	280969	R\$ 149,00	R\$ 5.662,00
3	536	Sc de 20kg	60	Argamassa AC-III	4603850	315173	R\$ 27,99	R\$ 1.679,40
4	580	Barra de 6m	10	Barra de Cano para esgoto 100mm	5064872	627255	R\$ 74,98	R\$ 749,80
5	189	Barra de 12 metros	36	Barra Macica Metais Ferrosos, Aco Ca-50, Vergalhao, 5/16"	4941241	236987	R\$ 36,88	R\$ 1.327,68
6	1	Barra de 12 metros	36	Barra Macica Metais Ferrosos; No Formato Redonda; do Tipo Lisa; Medindo Diametro de 3/16	3923126	288437	R\$ 14,00	R\$ 504,00
7	32	milheiro	11	Bloco Ceramico de Vedacao; Medindo 9 x 19 x 19 Cm (largura x Altura x Comprimento); Tipo Bloco para Vedacao, Tipo Baiano; 08 Furos; Uso Em Construcao, Uso Revestido; Conforme Conforme Nbr15270-1;	3957845	382067	R\$ 962,00	R\$ 10.582,00
8	536	Saco de 20 quilograma	55	Cal Hidratada; Composto de Calcareo Tipo Ch-iii; Com Plasticidade Maior Ou Igual a 110; Especificacao de Acordo Com a Nbr 7175;	1218905	320920	R\$ 19,40	R\$ 1.067,00
9	343	Sc de 50kg	380	Cimento Portland composto (CPII-E-32)	112011	327367	R\$ 35,88	R\$ 13.634,40
10	3	Quilograma	100	Eletrodo, Composto de Carbono, Silicio, Manganes, Bitola 2, 5mm, E6013	1755617	440477	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
11	3	Quilograma	100	Eletrodo, Composto de Carbono, Silicio, Manganes, Bitola 3, 25mm, E7018	1755625	289292	R\$ 18,08	R\$ 1.808,00

12	3	KG	8	Grampo para Cerca; de Galvanizado; Com Bitola de Tipo u para Cerca,medindo 4mm Diam.x 1"comprimento;	1717553	332854	R\$ 19,68	R\$ 157,44
13	43	Rolo 50 metros	4	Mangueira, de Polietileno, Preta; Com Comprimento de 50 M; Com Diametro de 2", Espessura Da Parede 4.4 Mm; para Ser Utilizado para Irrigacao para Areas Rurais e Urbanas, Pressao de Trabalho 100 Psi;	2833700	297816	480	R\$ 1.920,00
14	250	Rolo de 100 metros	4	Mangueira, de Polietileno, Preta; Com Comprimento de 50 M; Com Diametro de 3/4, Espessura Da Parede 4.4 Mm; para Ser Utilizado para Irrigacao para Areas Rurais e Urbanas, Pressao de Trabalho 100 Psi;	4888553	255872	162	R\$ 648,00
15	1	Unidade	40	Mourão Concreto, 04 Ferros, Curvo, 3,0m	5372690	249186	R\$ 69,50	R\$ 2.780,00
16	1	Unidade	6	No break 3,0 kva	4901509	477080	R\$ 2099,29	R\$ 12.595,74
17	10	Metro cúbico	26	Pedra Britada Numero 1, Fina, Pontagudo, Peneira Série Intermediária	4714490	216957	R\$ 152,75	R\$ 3.971,50
18	580	Barra de 6 metros	26	Perfil U Enrijecido (75 x 15 x 2, 25)mm - PERFIL G	6204856	609981	R\$ 200,00	R\$ 5.200,00
19	11	Metro quadrado	80	Placas Ceramicas Esmaltadas, 32 x 59 Cm	3113558	462793	R\$ 27,97	R\$ 2.237,60
20	2	Metro	180	Tela de Aco Galvanizado, Tipo Alambrado, Bwg12 - Malha 65mm, Alt 1.80m	4526767	610949	R\$ 36,00	R\$ 6.480,00
21	355	Barra com 3 metros	60	ELETRODUTO,ACO,2", GALVANIZADO,SEM ROSCA	4835662	385007	R\$ 78,90	R\$ 4.734,00
22	355	Barra com 3 metros	40		3153550	429347	R\$ 35,62	R\$ 1.424,80

				ELETRODUTO GALVANIZADO A FOGO, COM 1 POLEGADA DE DIAMETRO				
23	355	Barra com 3 metros	40	ELETRODUTO, ACO, 3/4", GALVANIZADO, SEM ROSCA	4835654	397127	R\$ 52,00	R\$ 2.080,00
24	1	Unidade	15	CURVA PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO, 3/4", ANGULO DE 90 GRAUS, DE ACO COM GALVANIZACAO ELETROLITICA;UTILIZACAO: PARA SER UTILIZADO EM ELETRODUTO;BITOLA: COM BITOLA DE 3/4";ANGULACAO: FORMANDO UM ANGULO DE 180 GRAUS;	2316803	483266	R\$ 5,85	R\$ 87,75
25	1	Unidade	15	Curva para Tubulacao Eletrica; de Aco Galvanizado; para Ser Utilizado Em Eletroduto; Com Bitola de 2 Poleg; Formando Um Angulo de 90 Graus;	6403085	460020	R\$ 29,30	R\$ 439,50
26	1	Unidade	15	Acessorios para Eletrodutos; Joelho Unilet; Em Aluminio; Fundido; para Ser Utilizado Em Eletroduto Com Diametro de 1 Polegada	6546447	379408	R\$ 16,47	R\$ 247,05
27	1	Unidade	80	ABRACADEIRA DE FIXACAO, ACO,PARA ELETRODUTO,3/4" PARA SER ENTREGUE COM PARAFUSO DE CABECA REDONDA E PORCA SEXTAVADA;DIAMETRO: COM DIAMETRO DE DE 3/4", COM PARAFUSO E BUCHA S6 (1/4");CARACTERISTICA	4643810	454414	R\$ 1,89	R\$ 151,20
28	1	Unidade	60	Abracadeira de Fixacao; de Aço Sae 1020, Acabamento Superficial Zincado, do Tipo D, Com Cunha de 2"; para Utilizar Em Fixação de Tubos; Na Cor Natural Em Aço	5836379	628174	R\$ 4,00	R\$ 240,00
29	1	Unidade	60		5692857	355154	R\$ 1,93	R\$ 115,80

				Abracadeira de Fixacao; de Fabricada Em Chapa de Aco Pre-zincado; Tipo "d"; para Utilizar Em Fixacao de Eletroduto; Na Cor Metalica; para Ser Entregue Com Cunha para Travamento; Com Diametro de 1 Polegada;				
30	1	Unidade	80	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Material Liga de Aluminio; Diametro Nominal de 1"; Tipo Unidut Reto, para Eletroduto Rigido; Sem Vedacao Interna, Fixacao Por Parafusos, Conexao Sem Rosca; Conforme Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6081800	316908	R\$ 4,41	R\$ 352,80
31	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Aluminio-silicio; Dn 50 (2"); do Tipo Unidut Reto, Sem Rosca, Fixacao Por Parafusos de Aperto; Com Gaxetas de Vedacao Nas Extremidades, Ip54; Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes;	6013724	322319	R\$ 18,75	R\$ 1.125,00
32	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Aluminio Silicio; 3/4 Polegadas; do Tipo Unidut Reto; Com Vedacao;	5851149	316907	R\$ 6,84	R\$ 410,40
33	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Alumínio-silício 1113; Dn 20 (3/4"); do Tipo Unidut Reto; Sem Vedação;	4121112	311312	R\$ 10,90	R\$ 654,00
34	1	Unidade	60	Luva Sem Rosca para Eletroduto; Em Alumínio-silício 1113; Dn 25 (1"); do Tipo Unidut Reto; Sem Vedação;	4121090	418107	R\$ 7,90	R\$ 474,00
35	1	Unidade	50	Acessorios para Eletrodutos; Conector Unidut Reto, Sem Rosca, Com Diametro de 2 Polegadas; Em Aluminio Fundido; Acabamento Sem Pintura; para Ser Utilizado Na Emenda Entre Dois	6066283	379408	R\$ 16,47	R\$ 823,50

				Eletrodutos; para Ser Utilizado Em Eletroduto Com Diametro de 2 Polegadas; Com 02 Parafusos para Fixacao do Eletroduto; Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes;				
36	1	Unidade	50	Terminal Sem Rosca Interna para Eletroduto; Em Alumínio; 3 /4 de Polegada; Com Diametro 29,6 Mm; Unidut Reto; para Eletroduto Din 2440 Ou Schedule40; Sem Vedacao; Conforme As Normas Abnt / Nbr Vigentes;	6190669	330950	R\$ 13,45	R\$ 672,50
37	1	Unidade	50	Terminal Sem Rosca Interna para Eletroduto; Em Alumínio; Diametro Nominal de 1"; Tipo Unidut Reto, Categoria c (comum); Sem Vedacao; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	4841395	330949	R\$ 7,48	R\$ 374,00
38	1	Unidade	50	Terminal Sem Rosca Interna para Eletroduto; Em Alumínio Injetado; Diametro Nominal de 2"; Tipo Unidut Reto; Sem Vedacao; Rosca Bsp; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5096901	300632	R\$ 23,50	R\$ 1.175,00
39	1	Unidade	50	Condutele; Tipo "x"; Alumínio Fundido; Com Rosca; para Eletroduto Com Diametro de 3 /4 Polegadas; Com Vedacao; Com Tampa; Dimensoes: 51 x 49 x 93 Mm (lxaxc); Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6402909	452535	R\$ 10,76	R\$ 538,00
40	1	Unidade	50	Condutele; Tipo X; Em Alumínio Fundido; Com Rosca; para Eletroduto Com Diametro de 2 Polegadas; Com Vedacao; Com Tampa; Dimensoes: 51 x 49 x 93 Mm (lxaxc); Na Cor Cinza; Grau de Protecao Minimo Ip 54; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6403794	619749	R\$ 39,43	R\$ 1.971,50

41	1	Unidade	50	Condulete; Tipo "x"; Alumínio Fundido; Com Rosca; para Eletroduto Com Diâmetro de 1 Polegada; Com Vedação; Com Tampa; Dimensões: 51 x 49 x 93 mm (lxaxc); Na Cor Cinza; Grau de Proteção Mínimo Ip 54; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6402968	426129	R\$ 14,49	R\$ 724,50
42	408	5 quilograma	35	Rejunte, cimento portland, tipo I, cor preto grafite	4068467	629094	R\$ 37,00	R\$ 1.295,00
43	32	Milheiro	2	Tijolo maciço cerâmico para alvenaria, 210x100x50 mm	4702026	447914	R\$ 449,00	R\$ 898,00
44	580	UNIDADE	25	Barra Maciça Metais Ferrosos; de Aço Sae 1020; No Formato Redondo; do Tipo Lisa; Medindo 7/8" de Diâmetro; Devendo Ser Entregue Com Acabamento Natural	5946344	608122	312,78	R\$ 7.819,50
45	1	Unidade	1	Máquina de Solda; Em Chapa de Aço; Tipo Inversora - Monofásica de Alta Frequência - para Soldagem Com Eletrodos Revestidos - Tig Cc /dc; Faixa de Corrente de Solda: 5 Até 250 a - Fator de Trabalho: 180 a 100% / 250 a 50%; Capacidade Máxima de Solda: 6,35	3796922	451177	2.947,50	R\$ 132.637,50
46	250	Rolo com 100 metros	8	Cabo Elétrico; de Cobre Nu; Eletrolítico; Seção Nominal Condutor 16 mm²; Diâmetro Condutor 5,1 mm; Espessura de Isolação 1,0 mm; Capa de Policloreto de Vinila (pvc), Tipo Pvc/a para 70 Graus Celsius, Antichama Bwf-b; Tensões de Trabalho de 450 /750v; Tipo Extraflexível; Encordamento Classe 5; Capa Na Cor Preta; Com Certificação Compulsória Inmetro; Conforme Norma: Nbr Nm-247-3 e Nbr Nm 280 Da Abnt /mercosul;	6221289	409291	1.793,00	R\$ 82.478,00

47	1	Unidade	15	Armacao de Aco; Tipo Ca-60; Barra de Aco Principal Com Bitola de 06mm; Barra de Aco Principal Com Comprimento de 6,0m; para Atender Uma Secao Transversal de Banzo Diagonal e Banzo Inferior de 4,2mm; Espacamento Entre Os Estribos de H8; No Formato Triangular Trelica Armadura Metálica Para Concreto Material: Aço Ca-60 , Tipo: Nervurada , Bitola: 6 MM, Comprimento: 12	5336325	602978	50,46	R\$ 756,90
48	1	unidade	5	Barra Chata; de Ferro; Medindo 2" x 3/8" (50,80 x 9,52 Mm); para Ser Utilizada Na Confeccão de Peças, Grades; Comprimento de 6,0 Metros;	748498	372663	156,72	R\$ 783,60
49	1	UNIDADE	60	Disco para Lixadeira; Disco de Corte de Oxido de Aluminio para Materiais Ferrosos; Medindo 7" x 1/8" x 7/8" (178 x 3,0 x 22,2 Mm); Metal Corte 2 Telas;	5033594	376301	4,39	R\$ 263,40
50	355	Barra 3 mt	3	Perfil U; de Aco Carbono, Chapa Dobrada; Com Espessura de 1/8" (polegada); Com Dimensoes de 60 x 40 x 40 Mm; Devendo Ser Entregue Liso, Com Acabamento Natural;	5849179	471740	126,75	R\$ 380,25
51	1	UNIDADE	4	Roldana; de Aco; Tipo Cava U, Com Suporte; Medindo 4"; Suporta Ate 80 Kg; Acabamento Em Aco Cromado; para Ser Utilizada Na Confeccao de Portoes Em Aco; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6191010	617004	40	R\$ 160,00
52	1	UNIDADE	10	Rebolo; Tipo 27, Disco de Desbaste; Medindo 7" x 1/4" x 7/8"; Grao Abrasivo Oxido de Aluminio; Conforme Nbr 15230; para Desbaste de Metais Ferrosos; Com Validade de 1 Ano a Partir do Recebimento;	2641895	625254	9,06	R\$ 90,60

							TOTAL	R\$ 128.880,71
--	--	--	--	--	--	--	--------------	-----------------------

6. Descrição da solução como um todo

A aquisição dos produtos se dará por meio da modalidade de **Pregão Eletrônico**. Essa forma de contratação torna-se mais vantajosa para a administração pública, podendo os produtos serem adquiridos com previsão de entregas **IMEDIATAS**, com o propósito de suprir a demanda imediata bem como a de abastecer os estoques de itens que tem sua utilização corriqueira e não previsível.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base em análise criteriosa da necessidade verificada para as necessidades abrangentes, estando em conformidade com as expectativas de utilização do corrente ano e as emergências de manutenção que devam ser sanadas de maneira imediata não podendo aguardar aquisição futura para atender sua utilização.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor aproximado da contratação é de **R\$ 128.880,71 (cento e vinte e oito mil, oitocentos e oitenta reais e setenta e um centavos)** baseando-se na pesquisa de preços realizada através do sitio eletrônico **www.compras.gov.br** e quantidades a serem adquiridas.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A pesquisa de preços foi realizada conforme Decreto nº 67.888 de 17 de agosto de 2023, no sitio eletrônico **www.compras.gov.br**, afim de instruir o referido processo e adotar o valor do mesmo, como referencial desta licitação, cujo valor estimado encontra-se em Arquivos Auxiliares desta licitação, para aquisição com entrega parcelada ou única.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratação independente, não se vincula a nenhuma outra já realizada ou a se realizar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A referida contratação não consta em Plano Anual de Contratação, legalmente amparado em Decreto Estadual nº 67.689 de 03 de maio de 2023 em sua disposição Técnica.

12. Resultados Pretendidos

Como benefícios resultantes deste certame, espera-se melhor atender as demandas dos diversos setores desta unidade prisional no que se refere a oferecer o devido funcionamento das estruturas bem como a manutenção e conservação do próprio público.

13. Providências a serem Adotadas

A pesquisa de preços fora realizado conforme Decreto nº 67.888 de 17 de agosto de 2023, no site compras.gov.br, e em sites de lojas especializadas a fim de instruir o referido processo e adotar o valor do mesmo como referencial da licitação, cujo valor estimado encontra-se em Arquivos Auxiliares desta licitação, para aquisição, com entrega parcelada ou única, informo a Vossa Senhoria que a unidade dispõe de recursos orçamentários/financeiros para a despesa decorrente da presente licitação, estando à contratação pretendida devidamente justificada. As despesas aqui relacionadas são habituais, visto que sua aquisição é imprescindível para o atendimento das necessidades deste Estabelecimento Penal. Cumpre informar, ainda que as quantidades propostas pelo folheto descritivo foram requisitadas pelo Chefe de Seção de administração desta unidade prisional.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A referida contratação não apresenta riscos de impacto ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Esta aquisição é viável pois atende os princípios legais da Lei 14.133/2021, bem como atenderá as necessidades da Unidade .

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO RENATO DA SILVA

Chefe de Seção de Apoio Técnico Administrativo



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 14:05:09.



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea “a” supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).



ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PROCESSO SEI Nº 006.00243314/2026-83

PREGÃO ELETRÔNICO Nº90008/2026–P.AVAN

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ____/____/2026

OBJETO: Aquisição de **MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSUMO** entrega única, para atender as necessidades da **PENITENCIÁRIA "VALDIC JUNIO ALVES PRIMO" DE AVANHANDAVA**

ITEM	MATERIAL	CÓDIGO ITEM	QUANTIDADE (UNIDADE DE FORNECIMENTO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01					
02					
03					
(...)					

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias



ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES) ANEXO IV.I

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____ na condição de representante legal de (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº _____ Processo nº / _____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante: a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual; b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado; c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado; d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto Estadual nº 66.819/2022 ou do Decreto estadual nº 67.409/2022 poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição. (Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO IV.II

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO
(elaborada pelo licitante)**

Eu _____ portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº _____, Processo nº _____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade como estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)



ANEXO IV.III

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO
(elaborado pelo licitante)**

Eu, _____ portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº _____, Processo nº _____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada. O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese e modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)